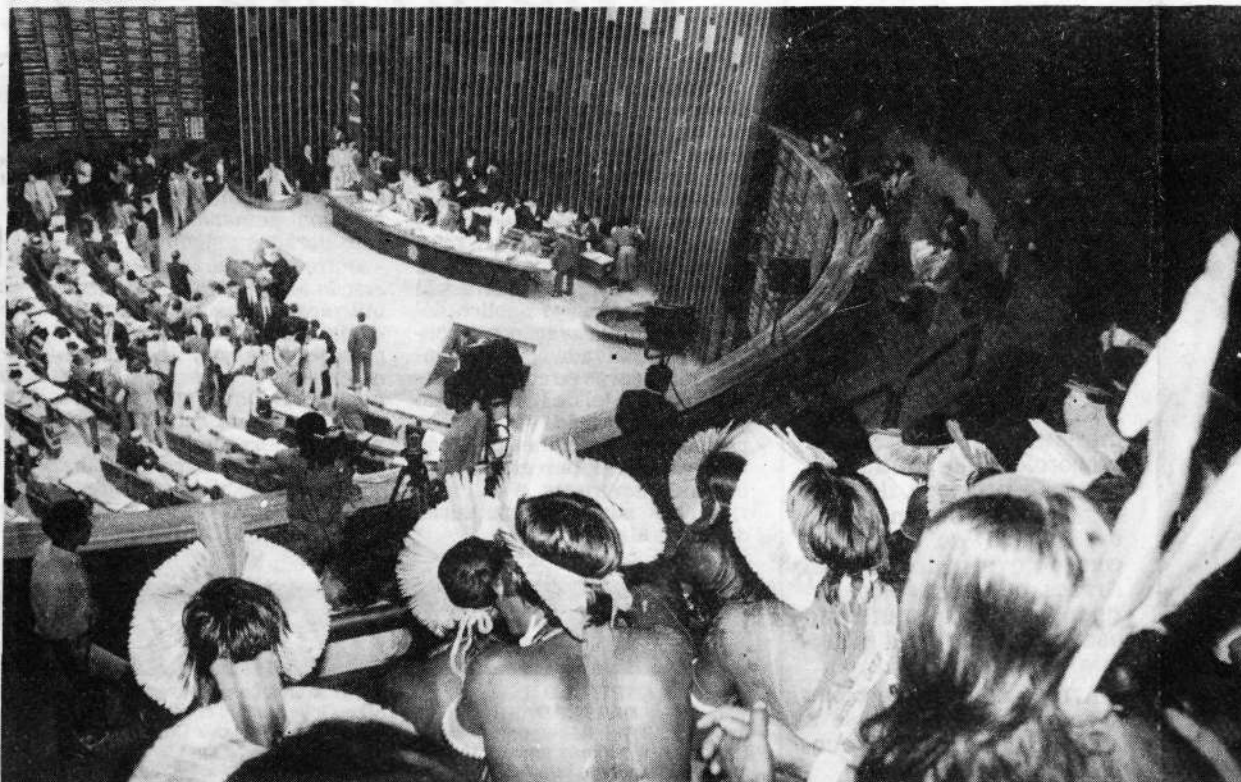


# Roleta e calote ameaçam mandato de faltoso

Jogo duro ao gazeteiro: seu colega Sguarezzi pede a cassação, em nome do brio

EUGENIO NOVAES



Caiapós comemoraram com canções tribais a exclusão dos extintos aldeamentos entre os bens do Estado

## STF adverte para perda de poderes

O ministro Sidney Sanches, do Supremo Tribunal Federal, está preocupado com o esvaziamento da atuação do tribunal como "guardião da constitucionalidade", caso seja aprovado no segundo turno o parágrafo 3º do artigo 109 do projeto de Constituição. Ao fazer uma análise do texto, Sanches considerou "tímidos" os avanços no campo da autonomia política, administrativa e orçamentária do Poder Judiciário.

O ministro negou, no entanto, que tenha feito críticas à atuação da Constituinte durante conferência que fez no fim de semana na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O ministro descartou a possibilidade do novo texto gerar um conflito.

## Índio canta de alegria ao ver terra garantida

A exclusão das terras de extintos aldeamentos indígenas dos bens dos Estados foi comemorada com cantos pelos guerreiros caiapós que estiveram ontem pela manhã no Congresso para assistir à votação da matéria. O deputado Domingo Leonelli (PMDB-BA), autor da emenda supressiva aprovada por quase unanimidade — 367 a 3 — explicou que em muitos destes antigos aldeamentos ainda vivem comunidades indígenas, e a manutenção do texto como havia sido aprovado no primeiro turno poderia representar uma ameaça a estas comunidades.

Os aldeamentos indígenas são as terras para onde foram removidos os índios no século passado. Hoje,

eles constituem bairros e até municípios. Alguns pertencem aos índios, outros são propriedades do Estado. Se o texto permanecesse como estava, estas terras todas estariam automaticamente desapropriadas para o Estado.

Esta foi a única modificação feita no capítulo referente aos Estados. O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) tentou abrir uma brecha para a exploração, pelo setor privado, dos serviços locais de gás canalizado, mas foi derrotado por 261 votos a 114. O texto aprovado dá exclusividade na exploração destes serviços aos Estados, que podem fazer isso diretamente ou através de empresas estatais, mediante concessão.

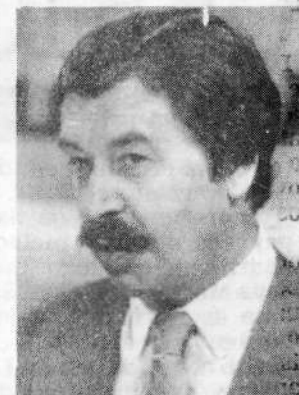
## Carta mantém gás nas mãos das estatais

A Constituinte rejeitou ontem proposta de abertura à iniciativa privada da exploração e distribuição dos serviços locais de gás canalizado. A redação do primeiro turno, que foi mantida, estabelece que o gás natural canalizado é um bem sob monopólio da União, cabendo aos Estados explorar o serviço, diretamente ou mediante concessão à empresa estatal.

A defesa da emenda foi feita pelo deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que argumentou com a necessidade de privatizar o setor para manter a predominância da livre iniciativa no sistema econômico. Pela conservação do texto falou o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), afirmando que as principais razões para que o setor fique sob controle estatal são estratégicas.

O segundo maior faltoso da Constituinte, Felipe Cheidde (PMDB-SP), está sob a mira de um pedido de cassação com base na Constituição e no regimento interno da Câmara, por ter se ausentado a mais de um terço das sessões e por falta de decoro parlamentar. O requerimento, de autoria do deputado Nilso Sguarezzi (PMDB-PR), foi apresentado na sessão de ontem da Constituinte ao presidente Ulysses Guimarães.

Na justificativa do requerimento, Sguarezzi cita um levantamento feito por ele, segundo o qual, Cheidde, no primeiro semestre, participou de apenas 39 das 727 votações realizadas e esteve em 11 das 96 sessões. Mas não é somente a omissão de Cheidde que preocupa o deputado paranaense. Cheidde está sendo processado pela Justiça norte-



Cheidde (esq.): ameaçado por Sguarezzi

americana por emissão de cheques sem fundos e Sguarezzi acredita que isso afeta a "honorabilidade" da Assembléia Constituinte no exterior.

— Para o estrangeiro será difícil dissociar o nome de um congressista da tota-

lidade dos seus integrantes. O deputado enxovalhou o Congresso, traiu o povo que lhe conferiu a responsabilidade legislativa e desonrou, no estrangeiro, o País que lhe incumbia dignificar — desabafou Sguarezzi.

## Costa quer vetar nome na Carta

Os constituintes que faltaram a mais de 40% das votações em plenário, sem justificativa, estarão proibidos de assinar a nova Constituição. Essa, pelo menos, é a intenção do projeto de resolução, que o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) encaminha nesta segunda-feira, à Mesa da Assembléia Constituinte. Em seu projeto, Hélio Costa, não se esqueceu nem mesmo dos suplentes, que porventura tenham vindo a ocupar uma das cadeiras da Assembléia. "Eles também terão que provar — independente do tempo que tenham permanecido como suplentes —, que seu comparecimento em plenário foi superior a 40% das votações das quais participou como constituinte.

"Será uma punição histórica", justifica o autor do

projeto. Para Hélio Costa, já que a punição de cortes nos subsídios dos constituintes faltosos não significou muita coisa, a não assinatura da nova Carta poderá causar um impacto moral maior. Com o objetivo de conseguir respaldo para sua idéia, Costa iniciará, na segunda-feira, os contatos com as lideranças partidárias, "principalmente as de esquerda".

Antes mesmo de iniciar seus contatos, Hélio Costa já obteve o apoio incondicional do líder do PDT na Constituinte, Brandão Monteiro (RJ), que segundo ele, dará amplo e total apoio à idéia. Brandão acha justo que a punição seja feita, para servir como exemplo. "Vou apoiar as punições, pois foi de minha autoria a proposição do corte nos subsídios dos par-

lamentares faltosos", lembrou.

O líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, não acredita que essa punição possa mexer com os brios dos faltosos, "muitos inclusive estão se lixando para assinar ou não a nova Carta". Para Lula, a punição mais drástica seria mesmo a perda do mandato, "mas isso nunca vai acontecer, pois mais da metade dos que faltam é do partido do Ulysses Guimarães, e ele não iria renunciar aos constituintes dele. Segundo Lula, o que se deveria fazer é obrigar os faltosos a devolverem o dinheiro que receberam sem trabalhar. "O grande castigo seria divulgar esses nomes pela televisão e jornais, para que a punição a esses parlamentares ficasse a cargo dos eleitores" sugeriu.